

■ Inquietações no impasse – Parte II

.....Coletivo Situaciones³²

Trabalho digno, genuíno, decente... e impossível

Os anos de crise questionaram a relação entre vida e trabalho. Na Argentina, foram os movimentos dos desocupados que politizaram este vínculo. A ruptura entre existência e emprego deu lugar a um processo de redefinição da reprodução social e suas figuras: posta em questão a forma salarial, ingressaram na cena ensaios assistenciais de distribuição de recursos e modos variados de empreendimentos populares e de autogestão.

O protagonismo piquetero deu lugar ao lema trabalho digno, que expressava a resistência a limitar a reprodução da vida a modos servis sob a forma de contraprestações pelos planos sociais outorgados por diferentes instâncias do governo. Isto implicou um questionamento radical das formas de gestão neoliberal dos poderes territoriais baseados no clientelismo e todo um estilo de administração da energia social dos bairros periféricos: desde a intolerável redução dos “beneficiários” (dos planos) a servidão doméstica por parte dos chefes políticos distritais (utilização como empregadas/os domésticos ou operários da construção para os funcionários das intendências) ao emprego do tempo em tarefas que sustentavam o funcionamento básico dos municípios e consolidavam a subordinação.

O *trabalho digno* consistiu na expressão de uma vontade autônoma de implantar as atividades dos movimentos que resistiam, em suas iniciativas, a assumir a equação “desocupado igual passivo/dependente”. Por isso, em torno do trabalho digno se desenvolveram perspectivas diversas, algumas vinculadas a uma reapropriação dos planos como base para auto-organização de empreendimentos, enquanto outros buscaram modos de empresarialidade popular que desde o início rechaçaram toda relação com os referidos planos sociais.

Também como uma alternativa a lógica da contrapartida, alguns movimentos desenvolveram empreendimentos econômicos (cooperativas, feiras, redes de comercialização, etc.) que decidiram nomear como *trabalho genuíno*, aludindo ao caráter produtor do valor de troca, e não meramente subsidiado, de tais trabalhos. Por sua vez, este lema foi utilizado tanto pelas correntes mais combativas

32 Traduzido por Vanessa Santos do Canto.

que exigiram das grandes empresas postos de trabalho como efeito de suas lutas, como por aqueles que acreditavam em uma efetiva recomposição da força de trabalho e que propiciariam, por todos os meios, a geração de emprego como parte de um desenvolvimento industrial sustentado.

No mesmo sentido, os trabalhadores que ocuparam as fábricas falidas e as puseram para funcionar, ensaiaram modos de gestão cooperativa³³ em diversos graus de ruptura com a organização do trabalho prévia. Tanto nos critérios operativos (rotatividade dos trabalhadores, parâmetros de produtividade, melhorias nas condições de salubridade, etc.) como na constituição da assembléia como espaço privilegiado da produção e da decisão coletiva³⁴.

33 A gestão cooperativa não foi a única proposta de gestão. Diversos núcleos e partidos de esquerda lançaram o lema de estatização sob o controle operário.

34 Afirmou Juan Pablo Hudson, que desenvolve há algum tempo um trabalho de co-investigação com empresas recuperadas em Rosario: “Como signo dessa ambiguidade que hoje determina aos movimentos, nos próprios espaços democráticos e horizontais construídos para a tomada de decisões coletivas, às vezes se tomam medidas que abrem questões sobre a atualidade das empresas recuperadas. É o caso daquelas cooperativas que, tendo conseguido reverter a severa precariedade da qual partiram – econômica, produtiva, comercial, tecnológica, financeira – requerem a progressiva incorporação de novos trabalhadores. Como é sabido, os grupos operários que protagonizaram as recuperações frequentemente foram limitados numericamente, daí serem necessárias as incorporações a fim de sustentar e ampliar o crescimento obtido como consequência do trabalho em comum e de uma notável capacidade de autogestão. Isto posto, o que tende a ocorrer é que os trabalhadores se negam a admitir novos sócios nas cooperativas. Isto se deve às objeções provocadas em relação às incorporações nas assembléias e sociedades patrimoniais de operários que não protagonizaram as lutas e as ocupações das empresas. E, ainda mais: no plano jurídico, a Lei de Cooperativas de Trabalho impede a contratação de empregados em relação de dependência e, dessa forma, cumprido o período de experiência – de três meses – os novos trabalhadores devem ser incorporados como sócios, ou despedidos. Para se esquivarem desta situação existem cooperativas que decidiram criar empreendimentos paralelos (segundas marcas, locais de venda ao público), inscrevendo-os como Sociedades Anônimas ou Sociedades de Responsabilidade Limitada, de modo tal que lhes permita incorporar novos trabalhadores. Tal ambiguidade não admite uma valoração moral, porque expõe a coexistência de forças contraditórias no próprio interior das empresas recuperadas. Com estas contradições com muito custo os projetos tem conseguido se sustentar no tempo e inclusive crescer e se consolidar. A recente realização de uma nova edição da Feira do Livro Independente e Alternativa (FLIA) nas instalações da fábrica IMPA, que convocou a um importante número de editoras e produtores autônomos, é uma mostra a mais dos níveis de abertura alcançados por estes empreendimentos autogestionários. O que precisamos são leituras complexas destas tensões que sem dúvida são desconcertantes, precisamente porque constituem o presente das lutas sociais”.

Todas essas iniciativas tiveram que enfrentar desafios equivalentes: como fazer para que o trabalho coletivo não continuasse preso em uma nova forma de (auto) exploração derivada das exigências do mercado, com sua lógica de valorização e seus padrões de produtividade?

Desde o ponto de vista da recomposição do mercado de trabalho, ativado pela mega desvalorização de 2002, estas experiências foram interpretadas pelo Estado como demandas de *reproletarização*.

A efetiva geração de uma dinâmica laboral mais ampla se desenvolveu segundo o quadro fragmentado que segmenta a força de trabalho entre ocupada e desocupada, formal e informal, etc. As diversas situações laborais, no entanto, deram lugar a um aumento parcial e diferenciado do consumo popular, seguindo os ciclos do mercado. De modo paralelo, ressurgiu um conflito operário e sindical a partir da formação de comissões internas que questionaram as conduções tradicionais, gerando-se, em alguns casos, experiências de luta sindical inovadoras.

A reposição do imaginário da sociedade salarial como base daquilo que o discurso oficial chama hoje *trabalho decente* supõe um balanço negativo dos referidos movimentos, despreza a questão por eles exposta, e propõe o “pleno emprego” (horizonte de sentido persistente apesar de sua crise evidente)³⁵ como meio privilegiado de “redistribuição da riqueza”. Ao mesmo tempo, *recupera* tais iniciativas como orientação para a política social (sob a forma de geração de cooperativas e empreendimentos financiados e monitorados pelo Estado)³⁶.

35 Emilio Pérsico, líder do Movimento Evita e funcionário do Ministério de Desenvolvimento Social, afirmou que: “A única maneira de construir um modelo econômico, social e político estável é incluir a classe trabalhadora em um modelo de país. E isso, todavia não foi produzido. É o grande déficit até agora. Não se pode ignorar que apenas vinte e cinco por cento da classe trabalhadora possui emprego estável. Essa situação faz com que os companheiros fiquem a mercê do mercado. E quando o mercado recua, encontram-se novamente a beira do abismo. Para elaborar uma política forte de inclusão é preciso gerar trabalho genuíno. Se não for gerado trabalho genuíno não há saída da pobreza. Por quê? Porque o Estado também está à mercê do mercado. Quando o mercado anda bem, o Estado tem mais capacidade para subsidiar a pobreza. Porém quando o mercado anda mal, o Estado possui menos capacidade. Os companheiros não querem regredir, porém hoje existe uma situação de instabilidade, inclusive no voto, porque os trabalhadores estão à mercê do mercado”. Página/12, domingo, 8 de agosto de 2009.

36 Continua Pérsico, nas mesmas declarações: “Os subsídios geram direitos na sociedade. A sociedade os toma como um direito incorporado e então se torna muito difícil anulá-los, voltar atrás. Nós temos que deixar estabelecido um direito, que é o direito ao trabalho, a uma obra social, a ter um sindicato. Estamos falando do direito ao trabalho estável. Argentina entrega uns 33 mil milhões de pesos em subsídios. 20 mil são subsídios indiretos no combate à pobreza, por exemplo, transportes e tarifas públicas. 10 mil são subsídios diretos no combate à pobreza,

Sobre o neodesenvolvimentismo

Ensaaiemos algumas definições sobre o neodesenvolvimentismo. Esta tentativa consiste em um ajuste orgânico do mando político estatal-salarial, uma estrutura de subsídios dos serviços e do emprego, e uma capacidade impositiva sobre a atividade extrativa e exportadora.

Por sua vez, é inseparável de uma depredação dos recursos naturais, do patrimônio genético comum das espécies e da produção de bens comuns. Atualizando as técnicas mais modernas de um tipo arcaico de exploração, atualiza-se também, contra suas premissas, uma memória de resistências (tal como explica Arturo Escobar).

Entre seus limites assinalamos: subestimação sistemática da ecologia e das possibilidades da vida urbana (marcada por uma perspectiva do consumo e da seguridade); dependência absoluta do processo complexo de gestão de sucessivas crises do mercado mundial; e subordinação de fato às vicissitudes da economia financeira, de que se diz ser a alternativa.

O neodesenvolvimentismo (versão global do desenvolvimentismo) implica uma série de continuidades e rupturas com o modelo neoliberal puro e duro, cuja crise de legitimidade lhe dá origem³⁷. Se, por um lado, propõe um retorno ao trabalho e à produção (o consumo, a família, etc.) como eixo de recomposição social, após décadas de erosão dos direitos laborais e coletivos; por outro lado, convive com algumas condições (mediações financeiras, precarização do emprego) que questionam a efetividade de seu imaginário e determinam os limites de sua efetuação.

Como tal, herda e funcionaliza uma gestão neocolonial da força de trabalho: a fixação das populações ao território no momento de máxima mobilização das mercadorias se complementa com o traslado administrado (legal-ilegal)

como o Plano Trabalhar e as pensões graciables. Mil são subsídios ao emprego indireto: as empresas privadas são pagas para não despedirem as pessoas. E 2 mil são subsídios diretos para cooperativas. É necessário mudar essa equação e implementar subsídios diretos para o trabalho”.

37 Do ponto de vista da governamentalidade, que trabalhamos anteriormente, pode-se dizer que existe uma transição ou mutação entre o modelo neoliberal puro da década anterior para a tentativa neodesenvolvimentista atual. No entanto, dizíamos no início que o impasse não se reduz a um momento de transição ou de trânsito. O impasse captado desde o ponto de vista dos movimentos sociais, em todo o caso, assinala a outra face daquele que é vivido como transição desde o ponto de vista da governamentalidade. Por isso, desde a ótica da “transição”, o impasse cai em um ângulo morto, invisível.

de contingentes migrantes racializados, ou seja, marcados nacional-étnicamente. Seus destinos de localização urbana e laboral são, respectivamente, a guetificação e a ultraprecarização (neoescravista).

No entanto, esses importantes dispositivos de racialização e guetificação transcendem toda especificidade étnico-nacional e alcançam um contínuo de contingentes populacionais mais amplos a serviço da produção da força de trabalho servil.

Estes dispositivos, conforme argumenta Sandro Mezzadra, fazem parte de um mecanismo mais extenso do governo do trabalho, através de sua fragmentação, porém também de sua segmentação. Para este fim funciona o entrecruzamento de discursos estigmatizantes que tratam como um problema de insegurança a existência de categorias – precisamente diversos segmentos – da própria força de trabalho, enfrentando-se entre si “ocupados” e “desocupados”; “argentinos” e “não argentinos”; “brancos” e “negros”; “trabalhadores estáveis” e “biscateiros”; “do asfalto” e “da favela”.³⁸

Por sua vez, a chamada economia “produtiva” depende e reproduz como condição de rentabilidade, uma diferenciação territorial da ganância por países ou regiões, impulsionando (enquanto gestora) os processos de deslocamento territorial.

Por isso, na conflitividade social se confundem as formas sindicais-reivindicativas com as étnico-nacionais, colocando-se no centro da dinâmica (micro)política a questão do comunitário, com suas ambivalências fundamentais.

Assim, o neodesenvolvimentismo envolve trabalho clandestino, empresarialidade informal e salários baixos pressionando o trabalho formal. Implica, portanto, novas necessidades na hora de imaginar formas de organização coletiva da força de trabalho. Sabe-se: organização biopolítica (já que o salário vem articulado de modo insalvável com as normas da vida urbana, saúde, educação, etc.).

Durante a fase virtuosa do aumento de ocupação, salário e consumo se ativaram expectativas e experiências de radicalização militante que, em conso-

38 Foi em abril de 2009, com o assassinato do caminhoneiro Daniel Capristo na porta de sua casa em Valentín Alsina, que emergiu com maior força a reivindicação dos discursos da insegurança em nome dos trabalhadores. A diferença de outras marchas sobre a insegurança, como as organizadas por Blumberg ou o rabino Bergman que convocavam a cidadania “atemorizada” dos bairros mais ricos, as mobilizações realizadas neste caso – que incluíram uma marcha desde a casa da família ao Obelisco, fortemente respaldada pela participação dos caminhoneiros da firma empregadora Andreani – foram realizadas assinalando explicitamente a diferença de condição no interior dos bairros populares entre trabalhadores e não trabalhadores.

nância com o contexto regional, contribuíram para implantar uma retórica política em termos de conquistas e realizações a defender durante a crise e de confrontação com as premissas neoliberais subsistentes.

Um paradoxo característico do neodesenvolvimentismo é que, se por um lado, propõe um aumento do consumo popular, por outro, limita este potencial democratizador ao reduzir a própria ideia de riqueza a parâmetros *standard*, nos quais a definição já nos vem dada, após a reativação do círculo de acumulação-renda-salário. Uma vez que a geração de emprego supõe uma maior participação dos explorados no consumo de bens, assume-se acriticamente o paradigma de tal consumo enquanto norma de participação de cada um na riqueza global. Através deste mecanismo são re-hierarquizadas as relações sociais e políticas em torno de um modelo ideal, estruturalmente inacessível para as maiorias, nas atuais condições ecológicas, ambientais e energéticas³⁹.

Mitológicas

As lutas contra o neoliberalismo na América Latina ao longo dos últimos quinze anos seriam inconcebíveis sem o desenvolvimento de movimentos que retomam ou reinterpretam um mundo indígena, culturas originárias, e toda uma miríade de elementos mitológicos que, subordinados durante séculos ao ocidente colonial, fazem parte de um potencial mais amplo para fabular o presente.

A existência ambivalente destes elementos mitológicos é dada pelo feito simultâneo de alimentar a imaginação de novas formas de gestão do comum e de autonomia do social, por um lado; e, por outro, de funcionar – em seu reverso – como via de subordinação de populações ao paradigma nacional-desenvolvimentista. Como indicamos, o neodesenvolvimentismo estimula um imaginário de reconstrução dos laços sociais em torno do pleno emprego, ao mesmo tempo em que se sustenta no trabalho precário: numerosos elementos mitológicos participam hoje de hibridações complexas, que os tornam funcionais a estas dinâmicas.

O que nos diz a recomposição de formas de emprego ao redor de economias como a têxtil sustentada no chamado “trabalho escravo” das oficinas clandestinas, que misturam relações e métodos cooperativos provenientes das culturas originárias do Altiplano boliviano com critérios de valorização capitalista, ou o aproveitamento das habilidades e costumes das camponesas e dos camponeses,

39 De um ponto de vista crítico, ou seja, valorando desde baixo, o neodesenvolvimentismo implica uma dimensão de reconhecimento das lutas sociais pelo aumento da participação na riqueza. Esta dinâmica reformista destinada a aumentar os direitos sociais constitui um momento de verdade que dá forma a uma orientação política prática.

também migrantes da Bolívia, que hoje produzem boa parte da fruta e da verdura que consome a metrópole Buenos Aires?

São estes elementos comunitários (lingüístico-afetivos), em uma montagem pós-moderna (pós-comunitária?), aproveitados em seu reverso como fonte de novas hierarquias e formas de exploração? O que acontece quando esses mesmos elementos mítico-culturais fazem parte da dinâmica de criação de estereótipos e estigmas⁴⁰ que justificam a política de divisão social da cidade em novos guetos e zonas de hiperexploração laboral? Ou é diretamente incluído no cálculo de barateamento da mão-de-obra?

Então, como coexistem estas tradições comunitárias com o mito moderno, sempre forte – e hoje onipresente– na Argentina, referido aos “anos gloriosos” da substituição de importações, ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho se recompõe a partir de elementos precisamente não modernos (hierarquias por raça e cor da pele, etc.) e pós-modernos (como os mobilizados em boa parte da economia de serviços)?⁴¹

A multiplicidade de tentativas aberta pela experimentação social diante da crise, a glorificação do emprego pós-desvalorização interpreta a quebra de 2001 e a conjuntura aberta de 2002-2003 como catástrofe a exorcizar e volta a situar a desocupação como ameaça e argumento de legitimação ante a possibilidade de uma nova desvalorização.

Dizíamos que a rejeição do trabalho e a recuperação de elementos mitológicos constituem, entre outros, componentes de uma capacidade política e atual

40 Em maio de 2008 o juiz federal Norberto Oyarbide condenou três diretores de uma empresa de roupas que terceirizava a confecção de roupas em oficinas clandestinas com trabalhadores estrangeiros sem documentados. O argumento que fundamenta a decisão do juiz é que os métodos de produção das oficinas estão baseados em “costumes e pautas culturais dos povos originários do Altiplano boliviano, de onde provém a maioria” e que se trata de “um grupo humano que convive como un ayllu ou comunidade familiar extensa originária daquela região, que funciona como uma espécie de cooperativa”. Oyarbide utiliza o mesmo argumento que já havia utilizado a Sala II da Câmara Federal portenha, quando os juizes Martín Irurzún e Horacio Cattani condenaram oficinheiros que haviam sido processados pelo juiz federal Ariel Lijo. Ver Página/12, “Exploração, esse ‘costume ancestral’”, 15 de maio de 2008.

41 A narrativa do mundo laboral da economia de “processos” está em plena gestação. No entanto, existem traços comuns: a combinação de flexibilidade nos contratos, a polifuncionalidade de tarefas, a re-hierarquização do mando, os baixos salários, e a exigência sobre atributos pessoais (cor da pele, atitude para atendimento cordial, adaptabilidade à imagem da empresa, etc.). Particularmente interessante é o que se aprende observando a atividade dos chamados call centers. Para uma ação ¿Quién habla?, lucha contra la explotación del alma en los call centers, Tinta Limón, Buenos Aires, 2006.

de fabular. Incluídos como tensão desprezada nas ambiguidades do presente faz parte de processos de constituição de subjetividade no impasse.

Hoje, aquela rejeição do trabalho (sua politização, sua materialidade de ruptura, sua outra imagem de felicidade) é uma textura difusa nos bairros periféricos (tanto naqueles que estão no centro da cidade como nos antigos “cordões industriais”): está incluído no cálculo urbano de muitos que preferem participar de redes mais ou menos ilegais e/ou informais antes que conseguir algum emprego estável; é visível em muitas das estratégias dos mais jovens que não têm em seu horizonte a possibilidade de emprego e sim muitas outras formas de ganhar e arriscar suas vidas; todavia, em outros insiste como busca de soluções autogestivas ou cooperativas para resolver a existência diária. Do mesmo modo, as tendências desguetificadoras e desracializadoras fazem parte dos momentos comunitários e contraculturais mais vivos na cidade. Trata-se de componentes minoritários de uma difusão estendida (neste sentido aponta a caracterização do momento atual de Suely Rolnik), um composto ativo que demanda rápida atenção.

Cartografia urbana

Boa parte das conjunturas atuais gira em torno dos conteúdos hegemônicos que constituem a governabilidade no impasse. É o caso, por exemplo, das ofensivas implantadas pelas direitas empresariais, que identificam a “nova política” com a gestão entendida desde uma ótica gerencial e de técnicas de *management* para “resolver os problemas da gente”. Assim, a possibilidade de uma nova inflexão neoliberal, esta vez no interior do impasse, pode ser lida como uma nova tentativa de metabolização capitalista de âmbitos cada vez maiores da vida... precisamente aqueles que as lutas recentes haviam dignificado e politizado.

O governo da cidade de Buenos Aires “convoca as prostitutas para que o ajudem a combater a prostituição infantil”. Assim titula um diário digital portenho, em maio de 2009. A notícia fala das “prosti-espiãs pro” [PRO: referência às siglas do partido que governa a cidade]. E afirma: “São dez, porém o projeto contempla aumentar o staff. Trabalham e se movimentam incógnitas nas zonas mais agitadas da cidade, e informam ao governo portenho sobre a metodologia dos proxenetas. Ganham um soldo de 1.800 pesos por mês, sem descontos. A ideia é que sejam o nexa entre o que ocorre nas ruas, as prostitutas e o Estado. Nos próximos meses recrutaram mais e pensam em acrescentar também travestis-assessores. ONGs e até a oposição apóiam a medida”. Um funcionário explica a iniciativa com simplicidade: “Nós as contratamos porque andam em zonas e horários que não poderíamos cobrir, então temos mais entrada em mais lugares e a mais vítimas de exploração sexual”.

Algumas destas companheiras protagonizaram os protestos contra a sanção do Código de Convivência Urbano, em 2004. Outras mulheres, com um passado organizativo comum, lançaram anos mais tarde o lema “Nenhuma mulher nasce para ser prostituta”, que incluiu um livro e uma mostra itinerante⁴². Como compreender que o governo “de direita” da cidade acuda às próprias mulheres em situação de prostituição, especificamente às que possuem experiências de organização e luta, para levar a cabo sua política de “saneamento” urbano? É certo que elas já haviam participado em distintos programas de assistência social, alguns dos quais haviam inclusive resistido e denunciado. Porém, esta medida supõe algo mais: as mulheres em situação de prostituição são agora convocadas para realizar diretamente uma tarefa do governo, para cartografar “as zonas vermelhas” e produzir informação sobre como intervir nesses lugares onde os funcionários não podem chegar, nem sabem como fazê-lo, ratificando que para governar é necessário conhecer os códigos e produzir interpretações no mesmo momento.

Crise da palavra

No impasse, a palavra política entra em crise de uma maneira precisa: a “fábrica do sentido” é deslocada para a esfera midiático-gestora, em detrimento do pensamento coletivo. As perguntas construídas socialmente passam a ser apresentadas como “temas” diante dos quais devemos nos posicionar, ou como demandas a governar. Qualquer questão ou mal-estar pode ser identificado e posto sob um diagnóstico graças a imagens-clichês que a tudo significam com grande eficácia e flexibilidade. Surge assim certa “facilidade da palavra” e os enunciados circulam sem peso.

Dessa forma, encontramos-nos diante de um paradoxo, segundo o qual no mesmo momento em que prolifera todo tipo de discurso político, confirma-se uma progressiva despolitização do social e da linguagem. Não se trata de nos lamentar pela perda de uma suposta “autenticidade” da palavra, mas de constatar que a expressão tem deixado de implicar uma abertura da imaginação coletiva, amparando-se em articulações que justificam as hierarquias atuais. Dessa maneira atuam os sofisticados jargões da academia e o conjunto de retóricas que buscam repor, como horizonte último do pensamento, a refundação do Estado e da auto-ridade.

42 A mostra foi realizada no CC Borges de Buenos Aires, em maio de 2006, co-organizada entre Ammar-Capital y Mujeres Creando (Bolívia). O livro, do mesmo nome, foi escrito por Sonia Sánchez e María Galindo, publicado pela Editora Lavaca, 2007.

Para que estes tipos de operações se sustentem “materialmente” é necessário que a palavra renuncie a produzir sentidos encarnados, atando sua sorte ao dinheiro, equivalente geral. Então, o fluxo de enunciados antecipa o fluxo monetário e se realiza nele, ainda que este último se disponha como respaldo efetivo do discurso.

Um novo tipo de ordem se estrutura na adesão a estratégias e condições discursivas, nas quais talvez não se acredite, mas que provêm da possibilidade de se posicionar em termos previsíveis de segurança e consumo. Neste contexto, um certo cinismo se torna o recurso fundamental da época, enquanto assume a fragilidade de toda existência contemporânea, pretende conjurar ao mesmo tempo a precariedade que lhe é inerente. No mesmo sentido deve ser interpretada a incessante reposição de significações anexas que, todavia possuem legitimidade, pois permitem que nos orientemos em um mundo em mudança, ao custo de reduzir sua complexidade.

Assim, a reposição de funções estatais deve ser lida em termos de uma produção de imagens que aportam referências para evitar a complexidade e elidir suas interrogações, mais do que como o retorno da velha soberania nacional. É a condição midiática que hoje permite os enunciados que produzem instituição.

Por isso, o cinismo a que nos referimos funciona postulando a existência daquilo que, se existisse, não necessitaria postulação, e que se não existisse tampouco poderia ser criado somente por intermédio de seu apelo. E o faz mobilizando afetividades, a partir de velhos segmentos imaginários da política que bloqueiam, ao invés de retomar uma dinâmica problematizadora.

Uma sutil eficácia performativa acompanha essa classe de procedimentos, que são capazes de fundar autoridade e produzir coesão em um contexto social determinado pela crise (em uma clara aspiração restituinte). Trata-se de um modo de articular fluxos de dinheiro, legitimidade e ação pública.

Com o sacrifício da complexidade resta anulado um importante potencial democrático. Todo apelo à inteligência coletiva acaba sendo suprimido. Tampouco subsiste, em certas instâncias institucionais, a consciência do abismo sobre o qual pende a existência em comum. O cinismo consiste assim em opor uma imagem produzida, a um problema novo e intrincado.

A crítica que se limita a denunciar a subjetividade midiática e gerencial, por falsidade e espírito manipulador ou devido a sua estrutura paradoxal e alienante, segue confiando em fundamentos verdadeiros e coerências unidirecionais. Ao contrário, a crítica se politiza quando participa de processos de criação de

significações coletivas, todas frágeis e fugazes que se deseja em situações concretas:

As mensagens iam e vinham em torno de um “assunto” que, acreditávamos, batiam na mesma tecla: as dificuldades que experimentamos para criar um tom autônomo no contexto atual, possuem relação direta com a preponderância alcançada pelos estereótipos. Tanto é assim, que talvez devamos aceitar que já não existem âmbitos de pensamento que não estejam mediados por estes clichês, cuja pretensão é brindar respostas a problemas radicalmente imprevistos.

*A troca envolveu inclusive a Amador Savater, que na época trabalhava entusiasmado na edição do livro *Crise de palavras*⁴³. Esta imagem nos pareceu muito interessante e nos permitiu formular certas perguntas: não será a separação entre palavra e experiência, algo assim como o elemento que permanece impensado em todo conflito contemporâneo? E não corremos o risco de insistir em intervenções anacrônicas ou nostálgicas, se não conseguimos dar conta da maneira como se institui o sentido na atualidade?*

*A surpresa foi maior quando apareceu uma mensagem cujo remetente não era nenhum de nós senão alguém que havia chamado *CRISE DA PALAVRA*. O assunto dizia: “Crise da palavra lhe recomenda esta nota publicada no *Clarín.com*”. Tratava-se de um artigo onde “o grande jornal argentino” anunciava o fechamento da revista *Punto de Vista*, após trinta anos de vida. Segundo o anúncio, a diretora da publicação explicava no editorial do último número, que o encerramento não se devia a problemas financeiros, mas ao fim de uma etapa.*

Havia sido difícil achar, em nossa discussão, um exemplo melhor para dar conta de em que sentido se pode dizer que a palavra está em crise.

O impasse supõe também a neutralização do acontecimento. A novidade social que se anunciou como possibilidade e foi formulada como pergunta, dissipou-se quando é submetida a uma “clonagem”: uma vez que as forças que irromperam são duplicadas e dão lugar a uma imagem separada, o signo daquelas forças se modifica. Agora circulam estéreis e encapsuladas, como espectros sustentados por premissas recortadas e puramente especulares.

Claro que não se trata somente de uma astúcia política, a que possamos atribuir o máximo da malícia e o poder mistificante. É preciso compreender este processo como parte de uma intensa mutação antropológica (no dizer de Franco Berardi), vinculada ao funcionamento da rede e das tecnologias digitais, mutação

43 De Daniel Blanchard, *Acuarela Editorial*, Madrid, 2008.

que torna insensato opor resistência a priori, tanto como festejá-la com ingênuo otimismo. Tal instituição de um novo regime linguístico tem tornado complexas as relações entre mudança social, crise e potência da palavra desde baixo, obrigando-nos a desenvolver formas de articulação diferentes das propostas da velha amarração estrutural do sentido.

Faz um tempo que nos movemos entre duas dimensões de análise, em si mesmas insuficientes. De um lado, nadamos na corrente incessante de opiniões e notícias, de operações e conflitos que se dirimem em cenários reduzidos, inabilitados para suscitar princípios de interpretação autônomos. Por outra parte, procuramos nos subtrair ao previsível universo dos meios e da gestão, para navegar em águas mais profundas, de onde é possível contatar outros tempos e desenvolver outras sensibilidades. Esta alternativa contém, no entanto, seu próprio paradoxo, porque normalmente deriva de um combate contra “a realidade”, em nome de possibilidades que permanecem em estado virtual e não chegam a se manifestar no cotidiano (as possibilidades que atormentam o visionário, segundo Peter Pál Pelbart).

Em um presente que não pode ser vivido nem como epílogo, nem como prefácio, o decisivo é resistir à banalização da existência. O humor é a arma principal para quem se assume, sem lamento, órfão de todo futuro que se quer indefectível. Não o riso depreciativo e cínico, que permite afogar as mágoas e se mostra condescendente com a decadência coletiva. É um riso que contrasta com a ironia e que, ao demolir ídolos, aumenta nossa capacidade para distinguir o material dos mundos que virão.

Promiscuidade

Existe uma consistência própria do impasse: a de um terreno pantanoso, lamacento. Nesse terreno informe fracassam os movimentos que se pretendem retos, progressivos, planejados. A ação intencional resta submetida a todo tipo de rodeios e desvios.

Ao tomarmos como premissa a materialidade do impasse assim definido, devemos repensar, em seu interior, a própria atividade política, que parece se tornar um lento e delicado entrelaçado em que cada nó da trama se realiza como experiência de íntima proximidade. A prática de construção coletiva atual, sob a imagem do tecido, exige assumir que hoje é esse ponto por ponto o que habilita armar territórios no pântano, construir nele orientações práticas imediatas e conjurar – ainda que seja de forma momentânea – a exterioridade invasiva da existên-

cia midiaticizada. Somente assim, pela proximidade, parece possível se conquistar uma imanência.

Chamamos promiscuidade a esse ambiente multicor constituído pelas combinações que se engendram no terreno lamacento e no qual os tecidos políticos, capazes de constituir uma força em um espaço concreto durante, ao menos, um breve lapso de tempo, resultam sempre provisórios. A noção de promiscuidade, aqui, não tem uma conotação moral, mas procura expressar uma hibridização de dinâmicas que coexistem sem um sentido a priori que possa ordenar os intercâmbios e os fluxos ou dar coerência e estabilidade às práticas coletivas.

No impasse, as categorias políticas deslizam, não dizem muito. Os chamados à ordem, à nostalgia ou ao cinismo são formas não construtivas de assumir a promiscuidade.

O promíscuo é o território do “e”: tudo cabe, tudo se superpõe, nada parece excluir uma coisa ou outra. Nenhum critério geral consegue organizar uma compreensão clara do mundo. Na promiscuidade se impõe um alto grau de desorientação: as táticas oportunistas se aceleram, o cálculo para sobreviver é a regra e o medo organiza o cotidiano. Estas são as condições atuais na quais a vida se dobra e explora novas possibilidades.

Há alguns anos, ao longo da cidade de Buenos Aires cresceu uma feira que tem sido catalogada por alguns organismos internacionais como “a maior feira ilegal da América Latina”: La Salada. Ali se enroscam todo tipo de lógicas e convive uma série complexa de atores e negociações. A articulação é permanente, tanto em seu lado criativo como destrutivo. Majoritariamente levada adiante por migrantes bolivianas e bolivianos, na feira se encontra de tudo: desde roupa e calçado até comida de cada região da Bolívia, música e filmes, eletrodomésticos, etc. Vêm contingentes de países vizinhos e do interior para comprar nesse gigantesco mercado que só funciona duas vezes por semana durante toda a noite. Recentemente Alfonso Prat Gay – jovem legislador e ex-funcionário do banco JP Morgan durante a crise de 2001 – defendeu a La Salada com seu vocabulário de jovem neoliberal ilustrado dizendo que aqueles que trabalham na feira deviam ser considerados “empreendedores” e que se não estivessem ali seriam potenciais delinquentes. As distintas agrupações de comerciantes “nacionais”, por sua vez, mostraram sua irritação argumentando que era impossível competir com o circuito de produção e comercialização de La Salada e que o governo devia defendê-los por serem representantes da indústria nacional. O racismo inerente às duas posturas é manifesto. No entanto, é preciso sublinhar o modo como os economistas neoliberais valoram a mobilização de recursos para a feira e, de alguma maneira, reconhecem a realidade de sua dinâmica produtiva que tem se tornado transnacional.

Retornemos a consistência do impasse: a promiscuidade não se deixa confundir com um caos “a ordenar”. Talvez seja mais apropriado falar de conjuntos heterogêneos e proliferantes nos quais o sentido nunca está a salvo de reversões parciais. Sobre essa mesma promiscuidade atua uma incessante produção de códigos midiáticos e de estereótipos que devolvem, em tempo real e como que separados, os signos que se produzem enraizados no magma heterogêneo das dinâmicas coletivas. Sob tal efeito midiático, os signos sociais vão adquirindo todo tipo de mutações.

A promiscuidade, dizíamos, pode ser entendida sob a figura gramatical do “e”. É por isso que a arte do tecido político requer um trabalho de grande delicadeza. A tal ponto que tende a se dobrar ao se ver confrontado com expectativas voluntaristas demasiado altissonantes e, ao contrário, recobra efetividade quando se assenta em uma leitura das micro mutações incessantes do laço social; variações que somente se percebem e são interpretáveis pela experiência da proximidade.

O estereótipo é, precisamente, a conjugação midiática daquela proximidade que consideramos necessária para o tecido político. Quando a realidade funciona segundo operadores de conexão que simulam ou clonam essa proximidade, a ambivalência que rege o promíscuo é traduzida de maneira imediata como novo código, sequestrando-lhe sua potência inovadora, governando seu devir. O “e” que comunicavam heterogeneidades deixam seu lugar a outros “e” que põem em série, sobre um mesmo código midiático, diferenças recortadas e recombinadas no terreno da imagem e da linguagem pré-fabricadas.

Profanações

O que se busca governar é a produção permanente de diferenças no terreno do social. Daí que surpreenda constatar, cada vez mais, a linha estratégica de apropriação de elementos organizativos e discursivos provenientes das práticas radicais. Estas mesmas invenções passam a funcionar, uma vez que tenham sido recodificados, como procedimentos de ordem, de pacificação, de construção da “sociedade civil”, inclusive quando se dramatizam como conflito.

No entanto, sempre é possível descobrir uma ranhura, por menor que seja, onde a produção de alternativas consegue respirar. Ali surgem, incessantemente, iniciativas e dinâmicas de diferenciação, que nunca estão a salvo de serem reabsorvidas, caindo capturadas em cápsulas de obriedade.

Chamamos imanentização do poder a essa velocidade e densidade da captura, que parece derivar em um isomorfismo das formas de domínio a respeito

do contrapoder, impedindo o traçado de limites claros. Se a codificação hegemônica não consegue recobrir e controlar de todo o plano da produção insubordinada (imanência) é porque sempre existe um plus que subsiste na mescla interminável dos corpos, no encontro dos signos e seus fragmentos. Este processo incessante requer um trabalho paciente e quase artesanal, que o torna perceptível como diferença.

Capusotto não é somente um comediante televisivo⁴⁴. Ele se move em uma dimensão que é prévia a própria TV, de onde se trabalha com imagens que organizam um enorme caudal da existência. Neste sentido é um autêntico humorista, que remove com o riso o que foi congelado no corpo e no nível do sentido.

Seu personagem Bombita Rodríguez consegue capturar e desarmar o estereótipo do militante dos 70, na medida em que exhibe um modo de dançar, de vestir e até de falar, em que a firmeza antigamente revolucionária hoje aparece como torpe rigidez, por sua vez repudiada pelo ideal contemporâneo de flexibilidade e fluidez. Uma ironia similar transmite Pomelo, o novo ídolo do rock, especialmente concebido para adolescentes “que querem rebeldia”, puro ego transgressor, hipérbole da estrela, que se resume em um modo de arrastar as palavras e quebrar vasos, porém é incapaz de uma inspiração musical. E Luis Almirante Brown, o poeta que consegue o milagre de escrever como Artaud e ser entendido por milhões, pois desliza com uma facilidade extrema da afecção “a la Spinetta” (símbolo do rock cult) ao ‘chan chan’ vulgar, para logo “nos explicar” o prodígio com a retórica de um intelectual universitário, ou de um artista boêmio. Inclusive Micky Vainilla (estrela do pop com bigode hitleriano e estilo macrista), que resume as características desse racismo volúvel, instalado para além de toda consciência moral ou coletiva, a que habitualmente se entregam aqueles que têm como as suas valorações hierárquicas que os estereótipos afirmam.

Em seu recente programa de rádio, Capusotto consegue dar conta de até que ponto a mínima inflexão de voz, quando capturada midiaticamente, parece estar previamente guiada e submetida à estandardização. Deste modo, o que se transmite pelo éter é uma verdadeira praga de hábitos que governam a expressão, e que se manifestam em cada ouvinte que chama paradespois de afirmar pela enésima vez que “há que matá-los a todos” ou que “são todos montoneros”, despedir-se com o inevitável: “muito bom o programa, Arnaldo”.

Seria estéril e simplificador negar a potência da imagem pelo fato de que nada a exclui do devir clichê. Ao invés disso, resulta indispensável prestar atenção

44 Suas criações são mais assistidas no Youtube do que na própria televisão.

ao modo em que se enlaçam e produzem tais imagens, compondo-se em sequências com significados muito distintos. Quando a imagem circula amputada de seu contexto, como modo de vida que se oferece para ser consumido, o que se produz é um estereótipo. Essa mesma imagem pode ser extraída da série unívoca da codificação e ficar disponível para usos diversos, não necessariamente previstos: então, dizemos que o estereótipo tem sido profanado. Por último, há ocasiões em que as imagens são reapropriadas segundo a perspectiva de um instante singular, como parte de um processo vivo e aberto, que provoca a ruína da própria lógica dos estereótipos.

A imagem passa de uma sequência a outra (do clichê a sua profanação, inclusive sua ruína, ainda que sempre sob a ameaça de um novo estereótipo), em um jogo de reapropriações e reinterpretações por parte das forças, sempre em conflito, que lhe conferem sentido. Uma marca internacional é copiada, alterada, e convertida em símbolo de distinção urbana, por aqueles que se movem em um mercado nas fronteiras da legalidade. As formas de falar da televisão são imitadas, deformadas e re combinadas como códigos das ruas por “usurpadores” de linguagens midiáticas que se convertem nos novos avaliadores dos usos da palavra. As letras da cumbia comercial, filtradas pela cultura juvenil das favelas, inventam um estilo não submisso e se transformam em temas de desafio ao poder que discrimina e marginaliza. Os jovens trabalhadores dos supermercados começam a suspeitar de seus próprios preconceitos, quando se dão conta do absurdo que é temer “a cara de assaltante” de algumas crianças que se aproximam do caixa.

A disputa imaginária pode chegar muito longe devido às (e não apesar de) condições mediatizadas do presente. As disjunções que profanam e arruinam o estereótipo nos remetem à imanência como superfície, capaz de assimetrias. No caso da profanação a abertura é relativa, porque embora o significado dos estereótipos seja alterado, estes clichês continuam operando. A catástrofe dos estereótipos vai um pouco além: supõe a crise absoluta (ao menos como tendência) de sua capacidade significante. Sem a ilusão de sairmos da promiscuidade, são tramadas novas possibilidades para a imaginação política.

A artesanidade da política

Sobre a consistência da promiscuidade, o que ocorre com a política radical? Se o mérito mais explícito das práticas e enunciados que se difundiram no começo deste século em nosso país (autonomia, horizontalidade, luta na rua, insurreição) foi revelar a inconsistência da instituição política prévia, revelou também a outra face, igualmente decisiva, daquele novo protagonismo social: abrir

um amplo campo de experimentação, atravessado por todo tipo de perguntas e afirmações. Por isso hoje, quando nos interrogamos pela atualidade da política, torna-se imprescindível levar em conta o extenso processo de recodificação do social que tem motivado o relativo fechamento do referido espaço experimental.

Uma das camadas que conformam o impasse, talvez uma das mais difíceis de analisar, envolve a existência de fragmentos discursivos e identitários que pertencem à memória de lutas com as quais temos aprendido a conjugar, precisamente, o verbo fazer política. Este apelo a certas fórmulas e simbologias que provêm de tradições combativas (inclusive as mais recentes), tem contribuído para reorientar processos de aguda conflitividade (abertamente indomáveis), segundo dinâmicas polarizantes que menosprezam a riqueza sensível do antagonismo, reduzindo o horizonte da invenção coletiva. Quando a diferença política é reconstituída em termos de opções binárias, a experiência constituinte termina sendo substituída por uma representação codificada da mesma.

Ainda assim, podemos distinguir momentos de decodificação e tentativas de interpretação autônoma, a partir dos esforços de subtração relativa que perfuram a convocatória polarizante. Não se trata de experiências idealizáveis, mas de situações ativas que, produzindo suas próprias linguagens, dão lugar a derivas laterais que tentam escapar ao código dominante, aquele que se articula com o paradigma de governo e institui o monolingüismo do capital.

Referimo-nos a processos nos quais a coexistência de uma pluralidade de elaborações de sentido, de territórios vivos, de vínculos significativos, origina composições singulares e irreduzíveis. Neste sentido, a produção de inteligibilidade transborda o âmbito do discursivo e se abre a um diagrama (afetivo, imaginário, corporal) muito mais amplo, que se constata tanto nos níveis de maior visibilidade pública e midiática como nos espaços das ruas, as economias doméstico-informais e até em nossos órgãos fisiológicos (olhos, cérebros, rins).

O antagonismo não desapareceu. Tem sido conduzido pela polarização, porém cada vez mais tem sido disseminado na lama e na promiscuidade, a ponto de ser julgado como possibilidade em cada situação. Daí, então, que podemos insistir no valor propriamente político dos coletivos (tanto quanto mais inadequada a discursividade ambiente) que recusam se dissolver no sentido comum articulado no processo polarizador.

Se tanto nos custa distinguir em que consiste hoje a intervenção política é pela ambigüidade e vertigem que impossibilitam qualquer afirmação definitiva, o que torna complexo o exercício da valoração. Não se trata de reagir de maneira conservadora, substituindo as certezas que foram deixadas em pé. Há que se

submergir neste meio ambivalente, cheio de potencialidades muito reais que não chegam a se manifestar, porém que impedem o fechamento definitivo da “realidade”.

Talvez a política seja cada vez mais esta inflexão pela qual damos consistência às situações nas quais nos envolvemos, descobrindo a capacidade para fabular por nossa conta. Este trabalho requer uma delicada artesanidade.

■..... **Colectivo Situaciones** é um grupo de pesquisa militante e de intervenção política argentino. Sua proposta é fazer uma leitura interna das lutas sociais, não uma descrição objetiva, mas uma fenomenologia (uma genealogia). Dentre suas principais publicações destacam-se *Cuadernos de Situaciones* e o livro coletivo “*Contrapoder: uma introdução*”, que traz artigos originais de Antonio Negri, Miguel Benasayag e John Holloway.